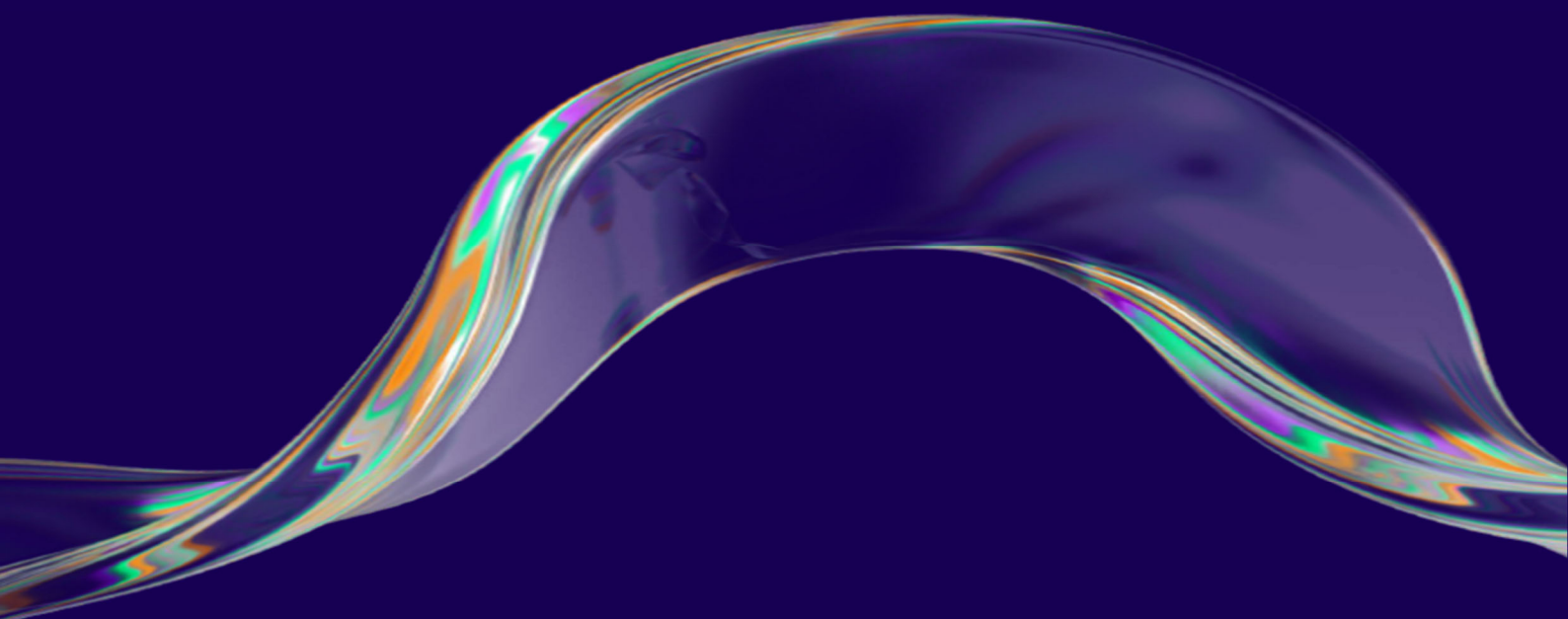


# Ventos de São Tito Holding S.A.



**Demonstrações financeiras  
consolidadas e individuais  
em 31 de dezembro de 2025**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Ventos de São Tito Holding S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Tito Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

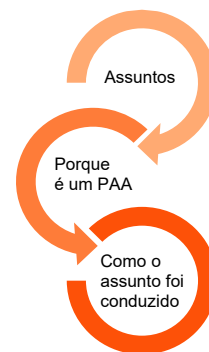
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente de contrato de leilão de energia - LER (Notas 5 e 16)</b></p> <p>Conforme descrito nas Notas 5 e 16 a receita das controladas da Companhia decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de Reserva ("LER"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.</p> <p>O processo de receita inclui a determinação dos volumes de energia entregue versus a energia contratada e a mensuração da provisão de ressarcimento da energia não entregue</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER;</p> <p>Teste da reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE;</p>

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de provisão de ressarcimento.</p>	<p>Recálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato;</p> <p>Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossa auditoria.</p>

### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de março de 2025, sem ressalvas.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

Ventos de São Tito Holding S.A.

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de



Ventos de São Tito Holding S.A.

negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1

## Índice

Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente .....	4
Demonstração dos fluxos de caixa .....	5
Balanco patrimonial .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5	Receita.....	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido .....	13
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	13
9	Aplicações financeiras .....	14
10	Fundo de liquidez – conta reserva .....	14
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	15
12	Contas a receber de clientes .....	15
13	Investimentos.....	16
14	Imobilizado .....	18
15	Financiamentos e debêntures.....	20
16	Provisões de ressarcimento .....	22
17	Provisões para litígios.....	23
18	Obrigações com desmobilização de ativos.....	23
19	Partes relacionadas .....	24
20	Imposto de renda e contribuição social .....	25
21	Patrimônio líquido.....	26
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	27

**Ventos de São Tito Holding S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	121.195	124.629	-	-
Custo com energia elétrica	6	(10.380)	(10.346)	-	-
Custo com operação	6	(59.198)	(55.283)	-	-
<b>Lucro</b>		<b>51.617</b>	<b>59.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas	6	(730)	(1.083)	(163)	(66)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(3.359)	8.859	-	(247)
		<b>(4.089)</b>	<b>7.776</b>	<b>(163)</b>	<b>(313)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>47.528</b>	<b>66.776</b>	<b>(163)</b>	<b>(313)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	13 (a)	-	-	41.890	56.725
		-	-	41.890	56.725
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>7</b>				
Receitas financeiras		20.847	17.150	11.679	8.680
Despesas financeiras		(67.107)	(66.006)	(59.066)	(56.755)
		<b>(46.260)</b>	<b>(48.856)</b>	<b>(47.387)</b>	<b>(48.075)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.268</b>	<b>17.920</b>	<b>(5.660)</b>	<b>8.337</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	20	(6.862)	(10.837)	-	(33)
Diferidos	20	(66)	1.221	-	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(5.660)</b>	<b>8.304</b>	<b>(5.660)</b>	<b>8.304</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São Tito Holding S.A.  
Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.660)	8.304	(5.660)	8.304
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(5.660)</b>	<b>8.304</b>	<b>(5.660)</b>	<b>8.304</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de São Tito Holding S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.268</b>	<b>17.920</b>	<b>(5.660)</b>	<b>8.337</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13(b)	-	-	(41.890)	(56.725)
Juros e variações monetárias		52.806	51.303	52.806	51.303
Depreciação e amortização	6	37.698	33.294	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	2.724	486	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	70.851	66.999	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	6.174	3.034	-	-
Apropriação de custos de captações	7	4.187	4.085	4.187	4.085
Rendimentos sobre fundo de reserva		(11.668)	(8.726)	(11.668)	(8.726)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	1.441	1.442	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	2.081	-	-
		<u>165.481</u>	<u>171.918</u>	<u>(2.225)</u>	<u>(1.726)</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>					
Contas a receber de clientes		(4.375)	(214)	-	-
Tributos a recuperar		(6.945)	389	(5.144)	-
Estoques		(1.872)	(4.036)	-	-
Partes relacionadas		-	-	62.540	95.366
Demais créditos e outros ativos		11.318	(1.695)	3.316	1.815
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>					
Fornecedores		2.129	(5.255)	(86)	(225)
Tributos a recolher		(2.363)	8.079	24	(2)
Pagamento de ressarcimento	16(c)	(3.960)	(35.606)	-	-
Partes relacionadas		-	-	54.310	-
Encargos setoriais		(70)	7	-	-
Demais obrigações e outros passivos		(285)	(1.934)	-	(1.627)
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>		<u>159.058</u>	<u>131.653</u>	<u>112.735</u>	<u>93.601</u>
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	15(c)	(40.622)	(44.419)	(40.622)	(44.419)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(2.081)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(3.694)	(19.114)	-	(33)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>114.742</u>	<u>66.039</u>	<u>72.113</u>	<u>49.149</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(7.435)	-	(702)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		12.168	18.558	12.168	18.558
Aumento de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	(16.400)	(32.115)
Recebimento de dividendos		-	-	6.756	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(36.437)	(39.153)	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<u>(31.704)</u>	<u>(20.595)</u>	<u>1.822</u>	<u>(13.557)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Adição de custos com captação	15(c)	-	(452)	-	(452)
Liquidação de financiamentos e debêntures	15(c)	(64.580)	(56.115)	(64.580)	(56.115)
Liquidação de arrendamentos		-	(28)	-	-
Aumento de capital		-	20.120	-	20.120
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<u>(64.580)</u>	<u>(36.475)</u>	<u>(64.580)</u>	<u>(36.447)</u>
<b>Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>18.458</u>	<u>8.969</u>	<u>9.355</u>	<u>(855)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>54.607</u>	<u>45.638</u>	<u>4.957</u>	<u>5.812</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u><b>73.065</b></u>	<u><b>54.607</b></u>	<u><b>14.312</b></u>	<u><b>4.957</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de São Tito Holding S.A.**  
**Balanco patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	73.065	54.607	14.312	4.957
Aplicações financeiras	9	7.435	-	702	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	17.558	-	17.558	-
Contas a receber de clientes	12	20.633	16.258	-	-
Estoques		13.197	11.325	-	-
Tributos a recuperar		3.729	406	1.931	102
Dividendos a receber	19	-	-	45.025	41.657
Outros ativos		5.119	10.966	-	-
		<u>140.736</u>	<u>93.562</u>	<u>79.528</u>	<u>46.716</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	66.343	84.401	66.343	84.401
Partes relacionadas	19	-	-	1.120	63.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.221	-	-
Tributos a recuperar		3.622	-	3.315	-
Outros ativos		541	6.012	-	3.316
		<u>70.506</u>	<u>91.634</u>	<u>70.778</u>	<u>151.377</u>
Investimentos	13	-	-	441.846	393.680
Imobilizado	14	616.233	621.508	-	-
Intangível		855	1.046	-	-
		<u>617.088</u>	<u>622.554</u>	<u>441.846</u>	<u>393.680</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>828.330</u></b>	<b><u>807.750</u></b>	<b><u>592.152</u></b>	<b><u>591.773</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	15(a)	71.504	62.274	71.504	62.274
Fornecedores		9.110	9.701	35	121
Tributos a recolher		2.098	2.448	60	36
Encargos setoriais		-	70	-	-
Provisão de ressarcimento	16	160.405	149.858	-	-
Outros passivos		3.548	3.318	-	-
		<u>246.665</u>	<u>227.669</u>	<u>71.599</u>	<u>62.431</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	15(a)	366.026	423.465	366.026	423.465
Partes relacionadas	19	-	-	54.310	-
Obrigações com desmobilização de ativos	18(a)	15.735	13.055	-	-
Provisão de ressarcimento	16	99.687	37.169	-	-
Outros passivos		-	515	-	-
		<u>481.448</u>	<u>474.204</u>	<u>420.336</u>	<u>423.465</u>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>728.113</u></b>	<b><u>701.873</u></b>	<b><u>491.935</u></b>	<b><u>485.896</u></b>
Patrimônio líquido					
Capital social	21	293.637	293.637	293.637	293.637
Prejuízos acumulados		(193.420)	(187.760)	(193.420)	(187.760)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>100.217</u></b>	<b><u>105.877</u></b>	<b><u>100.217</u></b>	<b><u>105.877</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>828.330</u></b>	<b><u>807.750</u></b>	<b><u>592.152</u></b>	<b><u>591.773</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de São Tito Holding S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Capital social</b>	<b>Lucros (prejuízos) acumulados</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>273.517</b>	<b>(196.064)</b>	<b>77.453</b>
Lucro líquido do exercício	-	8.304	8.304
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>8.304</b>	<b>8.304</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>			
Aumento de capital	20.120	-	20.120
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>	<b>20.120</b>	<b>-</b>	<b>20.120</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>293.637</b>	<b>(187.760)</b>	<b>105.877</b>
Prejuízo do exercício	-	(5.660)	(5.660)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(5.660)</b>	<b>(5.660)</b>
<b>Destinação do resultado do exercício</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>293.637</b>	<b>(193.420)</b>	<b>100.217</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## 1 Considerações gerais

A Ventos de São Tito Holding S.A., ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2013. A Companhia tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "São Tito".

A Companhia é controlada diretamente pela Auren Participações S.A. e indiretamente pela Auren Energia S.A.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado do Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Araripe, com capacidade instalada total de 210,0 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Ventos De Santo Onofre I	EOL Ventos de Santo Onofre I	80/2014	30,0	27/02/2014	18/02/2049
Ventos De Santo Onofre II	EOL Ventos de Santo Onofre II	78/2014	30,0	27/02/2014	18/02/2049
Ventos De Santo Onofre III	EOL Ventos de Santo Onofre III	85/2014	30,0	27/02/2014	18/02/2049
Ventos De Santa Joana II	EOL Ventos de Santa Joana II	77/2014	30,0	27/02/2014	18/02/2049
Ventos De Santa Joana VI	EOL Ventos de Santa Joana VI	83/2014	30,0	27/02/2014	18/02/2049
Ventos De Santa Joana VII	EOL Ventos de Santa Joana VIII	82/2014	30,0	27/02/2014	18/02/2049
Ventos De Santa Joana XIV	EOL Ventos de Santa Joana XIV	84/2014	30,0	27/02/2014	18/02/2049

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### 1.1.1 Principais eventos societários

##### (a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Controladas	2024	Aumento	2025
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	35.774	1.700	37.474
Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S.A.	63.301	14.700	78.001
	<b>99.075</b>	<b>16.400</b>	<b>115.475</b>

#### 1.1.2 Principais eventos operacionais

##### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após

a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações consolidadas financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

## 2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

## 2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

### (a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### (b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Simões - PI	Geração eólica
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Simões - PI	Geração eólica
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Simões - PI	Geração eólica
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Simões - PI	Geração eólica
Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Simões - PI	Geração eólica
Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Simões - PI	Geração eólica
Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Simões - PI	Geração eólica

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

**(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes**

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1° de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1° de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1° de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1° de janeiro de 2027

**Reforma tributária:**

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

**4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Investimentos
14	Imobilizado
16	Provisão de ressarcimento
18	Obrigações de desmobilização de ativos

## 5 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

### Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

**Leilões de Energia:** representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Energia de Reserva (“LER”).

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	Consolidado 2024
<b>Receita bruta</b>			
<b>Venda de energia</b>			
Leilão de Energia de Reserva (LER)		197.911	196.718
Provisão de ressarcimento	16(c)	(70.851)	(66.999)
Energia de curto prazo – CCEE		43	67
		<u>127.103</u>	<u>129.786</u>
<b>Outras receitas</b>			
Outras receitas		-	873
		<u>127.103</u>	<u>130.659</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(4.770)	(5.058)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.138)	(972)
		<u>(5.908)</u>	<u>(6.030)</u>
<b>Receita líquida</b>		<u>121.195</u>	<u>124.629</u>

## Ventos de São Tito Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 6 Custos e despesas

	Consolidado					Controladora
	2025		2024		2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(175)	-	-	-	(175)	(87)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.205)	-	-	-	(10.205)	(10.259)
Depreciação e amortização	-	(37.698)	-	-	(37.698)	(33.294)
<b>Materiais</b>	-	<b>(4.152)</b>	<b>(19)</b>	-	<b>(4.171)</b>	<b>(4.411)</b>
Materiais	-	(4.152)	(19)	-	(4.171)	(4.411)
<b>Serviços</b>	-	<b>(11.037)</b>	<b>(574)</b>	-	<b>(11.611)</b>	<b>(11.939)</b>
Serviços de operação e manutenção	-	(5.151)	-	-	(5.151)	(8.318)
Serviços de terceiros	-	(5.886)	(574)	-	(6.460)	(3.621)
<b>Outros</b>	-	<b>(6.311)</b>	<b>(137)</b>	-	<b>(6.448)</b>	<b>(6.236)</b>
Aluguéis e arrendamentos	-	(3.079)	-	-	(3.079)	(528)
Seguros	-	(2.585)	-	-	(2.585)	(5.259)
Impostos, taxas e contribuições	-	(380)	(135)	-	(515)	-
Outros custos e despesas líquidas	-	(267)	(2)	-	(269)	(449)
<b>Demais (despesas) receitas</b>	-	-	-	<b>(3.359)</b>	<b>(3.359)</b>	<b>8.373</b>
Baixa de imobilizado, intangível e arrendamentos	-	-	-	(2.724)	(2.724)	(486)
Indenização de sinistro	-	-	-	-	-	10.506
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(635)	(635)	(1.647)
	<b>(10.380)</b>	<b>(59.198)</b>	<b>(730)</b>	<b>(3.359)</b>	<b>(73.667)</b>	<b>(57.853)</b>

## 7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		20.600	12.710	12.247	8.795
Juros sobre ativos financeiros	10	-	-	1	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(570)	(423)	(570)	(423)
Outras receitas financeiras		807	4.863	1	308
		<b>20.847</b>	<b>17.150</b>	<b>11.679</b>	<b>8.680</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Juros sobre financiamentos	15(c)	(39.003)	(43.047)	(39.003)	(43.047)
Atualização monetária sobre financiamentos	15(c)	(13.803)	(8.256)	(13.803)	(8.256)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	16(c)	(6.174)	(3.034)	-	-
Apropriação dos custos de captações	15(c)	(4.187)	(4.085)	(4.187)	(4.085)
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações com desmobilização de ativos	18(a)	(1.441)	(1.442)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(2.081)	-	-
Outras despesas financeiras		(2.499)	(4.061)	(2.073)	(1.367)
		<b>(67.107)</b>	<b>(66.006)</b>	<b>(59.066)</b>	<b>(56.755)</b>
		<b>(46.260)</b>	<b>(48.856)</b>	<b>(47.387)</b>	<b>(48.075)</b>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,93% do CDI (89,76% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Caixa</b>				
Caixa e bancos	1.287	3.102	124	256
	1.287	3.102	125	256
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Quotas de fundos de investimentos (i)	44.188	-	9.880	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	27.590	51.505	4.307	4.701
	71.778	51.505	14.187	4.701
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>73.065</b>	<b>54.607</b>	<b>14.312</b>	<b>4.957</b>

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

## 9 Aplicações financeiras

### Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,67% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Aplicações financeiras</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	7.435	-	702	-
	7.435	-	702	-

## 10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 97,58% do CDI.

## Ventos de São Tito Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
<b>Fundo de liquidez - Conta reserva</b>		
Circulante	17.558	-
Não circulante	66.343	84.401
	<b>83.901</b>	<b>84.401</b>

As dívidas da Companhia exigem manutenção do fundo de liquidez em conta reserva, sendo essas, 25% (vinte e cinco por cento) do custo de manutenção anual, 3 (três) vezes a parcela anual do Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), 1 (uma) vez o valor da parcela vincenda das Debêntures. Além de eventuais saldos na Conta de Recursos Extraordinários.

## 11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	164.401	139.001	98.915	89.351
Sem rating	-	7	-	7
	<b>164.401</b>	<b>139.008</b>	<b>98.915</b>	<b>89.358</b>

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 12 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

### (a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Leilão de Energia Reserva (LER)	20.628	16.258
Partes relacionadas (Nota 19)	5	-
	<b>20.633</b>	<b>16.258</b>

**(b) Vencimentos de contas a receber**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
A vencer	19.286	16.258
Vencidos até 3 meses	1.347	-
	<b>20.633</b>	<b>16.258</b>

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

**13 Investimentos**

**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Ventos de São Tito Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)				
					2025	2024	2025	2024
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial (i)</b>								
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A.	53.427	(84)	100,00	100,00	(259)	5.223	55.302	55.548
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A.	49.691	6.008	100,00	100,00	5.728	8.378	51.388	47.048
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A.	64.483	10.362	100,00	100,00	10.076	8.556	66.809	59.069
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	59.213	6.248	100,00	100,00	5.983	7.930	61.114	54.732
Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S.A.	88.120	1.618	100,00	100,00	1.351	7.975	89.269	73.665
Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A.	58.878	9.750	100,00	100,00	9.418	9.923	60.760	53.632
Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S.A.	55.546	9.883	100,00	100,00	9.593	8.740	57.204	49.986
					<b>41.890</b>	<b>56.725</b>	<b>441.846</b>	<b>393.680</b>

- (i) Com o objetivo de financiar a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações financeiras individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Dessa forma, os saldos de investimentos apresentam a participação no patrimônio das controladas e os juros capitalizados, no montante de R\$ 12.488, e o resultado de equivalência patrimonial apresenta a participação no resultado do exercício das controladas e a amortização dos juros capitalizados, no montante de (R\$ 1.895).

**(b) Movimentação**

	2025	Controladora 2024
Saldo no início do exercício	393.680	318.347
Equivalência patrimonial	41.890	56.725
Outros resultados abrangentes	295	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(10.419)	(13.507)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (a))	16.400	32.115
Saldo no final do exercício	<b>441.846</b>	<b>393.680</b>

**14 Imobilizado**

**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

**Impairment do imobilizado**

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício							
Custo	751.152	168.329	144	1.337	79.696	1.000.658	969.193
Depreciação acumulada	(310.765)	(67.993)	(68)	(324)	-	(379.150)	(348.249)
Saldo líquido no início do exercício	440.387	100.336	76	1.013	79.696	621.508	620.944
Adições (i) (ii)	-	-	-	-	33.675	33.675	39.152
Baixas	(2.212)	-	-	-	-	(2.212)	(486)
Depreciação	(32.606)	(4.446)	(19)	(176)	-	(37.247)	(30.901)
Remensurações (iii)	1.239	-	-	-	-	1.239	-
Transferências (iv)	84.244	1.459	82	-	(86.515)	(730)	(7.201)
Saldo no final do exercício	491.052	97.349	139	837	26.856	616.233	621.508
Custo	834.423	169.788	226	1.337	26.856	1.032.630	1.000.658
Depreciação acumulada	(343.371)	(72.439)	(87)	(500)	-	(416.397)	(379.150)
Saldo líquido no final do exercício	491.052	97.349	139	837	26.856	616.233	621.508
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	3	6	14			

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 36.437 para ativo imobilizado e intangível. A diferença no montante de R\$ 2.720 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 1.239, que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.
- (iv) O montante de (R\$ 730) corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à *softwares*.

## 15 Financiamentos e debêntures

### Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

#### (a) Composição

Consolidado e controladora										
2025										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante			Total	Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total		
Debêntures	IPCA+9,24%	24.398	(968)	262	23.692	43.541	(1.453)	42.088	65.780	66.517
BNDES	TJLP+2,02%	49.773	(3.218)	1.257	47.812	341.102	(17.164)	323.938	371.750	322.305
		<b>74.171</b>	<b>(4.186)</b>	<b>1.519</b>	<b>71.504</b>	<b>384.643</b>	<b>(18.617)</b>	<b>366.026</b>	<b>437.530</b>	<b>388.822</b>

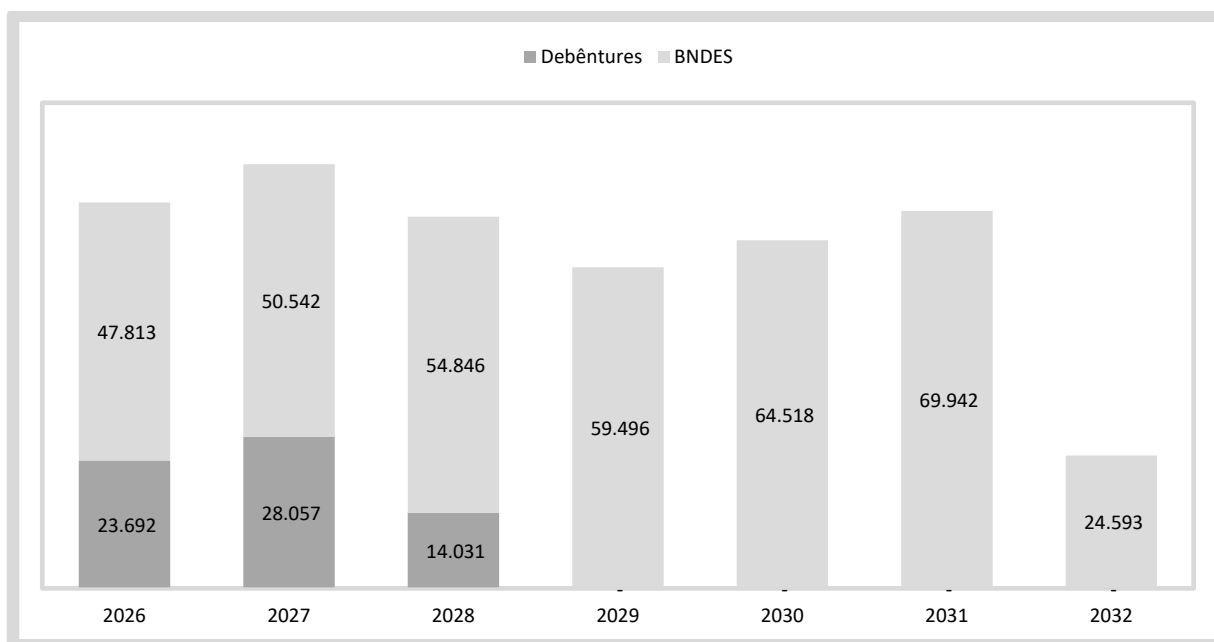
Consolidado e controladora										
2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante			Total	Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total		
Debêntures	IPCA+9,24%	19.852	(968)	298	19.182	65.096	(2.421)	62.675	81.857	85.664
BNDES	TJLP+2,20%	44.940	(3.218)	1.370	43.092	381.172	(20.382)	360.790	403.882	403.882
		<b>64.792</b>	<b>(4.186)</b>	<b>1.668</b>	<b>62.274</b>	<b>446.268</b>	<b>(22.803)</b>	<b>423.465</b>	<b>485.739</b>	<b>489.546</b>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

**(b) Perfil de vencimento - consolidado**



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

**(c) Movimentação**

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	485.739	531.337
Provisões de juros (Nota 7)	39.003	43.047
Atualização monetária	13.803	8.256
Adição dos custos de captações	-	(452)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	4.187	4.085
Juros pagos	(40.622)	(44.419)
Liquidações	(64.580)	(56.115)
Saldo no final do exercício	<b>437.530</b>	<b>485.739</b>

**(d) Garantias**

Modalidade	Garantias
Debêntures	Garantia Fidejussória Auren Part. + Garantia Real (cessão fiduciária + Contas reserva)
BNDES	Fiança Bancária; Conta Reserva.

**(e) Condições restritivas**

Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda Ajustado, e/ou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

## 16 Provisões de ressarcimento

### Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

#### (a) Ressarcimento anual

**Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER):** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

#### (b) Ressarcimento quadrienal

**Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER):** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

#### (c) Composição e movimentação

				Consolidado	
	Anual	Quadrienal	Total	2025	2024
Saldo no início do exercício	152.034	34.993	187.027		152.600
Provisão (Reversão) (i) (Nota 5)	67.035	3.816	70.851		66.999
Pagamentos (i)	(3.960)	-	(3.960)		(35.606)
Atualização monetária (Nota 7)	968	5.206	6.174		3.034
Saldo no final do exercício	<b>216.077</b>	<b>44.015</b>	<b>260.092</b>		<b>187.027</b>
Circulante	139.068	21.337	160.405		149.858
Não Circulante	77.009	22.678	99.687		37.169
	<b>216.077</b>	<b>44.015</b>	<b>260.092</b>		<b>187.027</b>

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE divulgou o Comunicado 372/2025 estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos associados ao *constrained-off* para usinas eólicas, referente ao período “definitivo”, que ocorrerão de julho de 2025 a dezembro de 2026. Desta forma, a Companhia reclassificou os montantes vincendos acima de 12 meses para o passivo não circulante.

## 17 Provisões para litígios

### Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### (a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos de nenhuma natureza com prognóstico de perda provável (saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

#### (b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um processo de natureza cível com prognóstico de perda possível no montante atualizado de R\$ 57 (saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

## 18 Obrigações com desmobilização de ativos

### Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um

ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	72.310	(59.255)	13.055	11.613
Atualização monetária (Nota 7)	1.023	-	1.023	1.442
Remensuração (Nota 14(a)) (i)	13.895	(12.656)	1.239	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	418	418	-
Saldo no final do exercício	<b>87.228</b>	<b>(71.493)</b>	<b>15.735</b>	<b>13.055</b>
Não circulante	87.228	(71.493)	15.735	13.055
	<b>87.228</b>	<b>(71.493)</b>	<b>15.735</b>	<b>13.055</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

19 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Composição

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
<b>Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12)</b>				
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	5	-	-	-
	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores - compras</b>				
Auren Operações S.A.	-	-	-	796
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>796</b>
	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>796</b>

## Ventos de São Tito Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
<b>Outros créditos (i)</b>				
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A.	1.120	12.714	-	-
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A.	-	10.580	-	-
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A.	-	6.184	-	-
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	-	10.318	-	-
Ventos de São Onofre I Energias Renováveis S.A.	-	9.366	-	-
Ventos de São Onofre II Energias Renováveis S.A.	-	7.468	-	-
Ventos de São Onofre III Energias Renováveis S.A.	<b>1.120</b>	<b>63.660</b>	-	-
<b>Dividendos a receber</b>				
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A.	1.735	1.736	-	-
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A.	9.101	7.675	-	-
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A.	8.613	8.413	-	-
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	9.423	8.087	-	-
Ventos de São Onofre I Energias Renováveis S.A.	3.623	3.238	-	-
Ventos de São Onofre II Energias Renováveis S.A.	6.993	7.143	-	-
Ventos de São Onofre III Energias Renováveis S.A.	5.537	5.365	-	-
	<b>45.025</b>	<b>41.657</b>	-	-
<b>Outras obrigações (i)</b>				
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A.	-	-	3.634	-
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A.	-	-	5.694	-
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A.	-	-	10.640	-
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	-	-	5.406	-
Ventos de São Onofre I Energias Renováveis S.A.	-	-	8.459	-
Ventos de São Onofre II Energias Renováveis S.A.	-	-	9.637	-
Ventos de São Onofre III Energias Renováveis S.A.	-	-	10.840	-
	-	-	<b>54.310</b>	-
	<b>46.145</b>	<b>41.657</b>	<b>54.310</b>	-

- (i) Refere-se ao mecanismo contratual efetuado entre a Companhia e sua controladora Ventos de São Tomé, para fornecer fluxo de caixa destinado à amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela controladora. O instrumento firmado entre as partes estabelece que sua vigência permanecerá até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia perante sua controladora.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### (a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

**Ventos de São Tito Holding S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2025</b>			
	<b>Receitas de Venda (Venda de Energia)</b>		<b>Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais) (i)</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Total Receita Tributável	127.102	127.102	9.169	9.169
% de Presunção da Base	8%	12%	-	-
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>10.168</b>	<b>15.252</b>	<b>9.169</b>	<b>9.169</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>2.373</b>	<b>1.372</b>	<b>2.293</b>	<b>824</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2024</b>			
	<b>Receitas de Venda (Venda de Energia)</b>		<b>Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais) (i)</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Total Receita Tributável	187.438	187.438	15.405	15.405
% de Presunção da Base	8%	12%	-	-
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>14.995</b>	<b>22.493</b>	<b>15.405</b>	<b>15.405</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
Outros	333	(371)	-	-
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>3.914</b>	<b>1.653</b>	<b>3.851</b>	<b>1.386</b>
Diferido	(794)	(427)	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>3.120</b>	<b>1.226</b>	<b>3.851</b>	<b>1.386</b>

	<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.660)	8.337
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	1.924	(2.835)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	14.243	19.287
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(16.812)	(17.201)
Outras adições permanentes, líquidas	645	716
IRPJ e CSLL apurados	-	(33)
Correntes	-	(33)
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>

(i) Neste montante, está contemplado a parcela de realização da atualização monetária de ressarcimento.

**21 Patrimônio líquido****(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 293.637, composto por 293.637.297 ações ordinárias e sem valor nominal.

**(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada

---

somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

**(c) Distribuição de lucros**

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu prejuízo de R\$ 193.420, o qual foi integralmente destinado à rubrica de “Lucros (Prejuízos) acumulados”.

**22 Instrumentos financeiros e gestão de risco**

**22.1 Instrumentos financeiros por categoria**

**(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

**(i) Custo amortizado**

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

**(ii) Valor justo por meio do resultado**

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

**(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)	1	20.633	16.258	-	-
Partes relacionadas	1	-	-	1.120	63.660
		20.633	16.258	1.120	63.660
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i)	2	71.778	51.505	14.187	4.701
Aplicações financeiras (i)	2	7.435	-	702	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)	1	83.901	84.401	83.901	84.401
		163.114	135.906	98.790	89.102
		<b>183.747</b>	<b>152.164</b>	<b>99.910</b>	<b>152.762</b>
<b>Passivos</b>					
Ao custo amortizado					
Financiamentos e debêntures (ii) (Nota 15)		437.530	485.739	437.530	485.739
Fornecedores		9.110	9.701	35	121
Partes relacionadas (Nota 19)		-	-	54.310	-
Provisão de Ressarcimento		260.092	187.027	-	-
		<b>706.732</b>	<b>682.467</b>	<b>491.875</b>	<b>485.860</b>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a)

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

## 22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da

Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

**(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Financiamentos e debêntures (i)	104.129	196.360	150.050	100.033	550.572
Fornecedores	9.110	-	-	-	9.110
	<b>113.239</b>	<b>196.360</b>	<b>150.050</b>	<b>100.033</b>	<b>559.682</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Financiamentos e debêntures (i)	105.535	228.102	267.651	115.218	716.506
Fornecedores	9.701	-	-	-	9.701
	<b>115.236</b>	<b>228.102</b>	<b>267.651</b>	<b>115.218</b>	<b>726.207</b>
	Controladora				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Financiamentos e debêntures (i)	104.129	196.360	150.050	100.033	550.572
Fornecedores	35	-	-	-	35
Partes relacionadas	-	54.310	-	-	54.310
	<b>104.164</b>	<b>250.670</b>	<b>150.050</b>	<b>100.033</b>	<b>604.917</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Financiamentos e debêntures (i)	105.535	228.102	267.651	115.218	716.506
Fornecedores	121	-	-	-	121
	<b>105.656</b>	<b>228.102</b>	<b>267.651</b>	<b>115.218</b>	<b>716.627</b>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**(c) Risco regulatório**

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

**(d) Risco socioambiental**

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**(e) Risco em renováveis não-hídricas**

**(i) Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

**(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas**

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

**(f) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

## 22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	163.115	-72,92bps*	(1.187)	(6.076)	(12.153)	6.075	12.153
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	68.201	6bps*	(42)	727	1.453	(727)	(1.453)
TJPL 9,07%	Financiamentos e debêntures (i)	392.132	11bps*	(431)	8.891	17.783	(8.891)	(17.783)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	98.791	-72,92bps*	(720)	(3.680)	(7.360)	3.680	7.360
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	68.201	6bps*	(42)	727	1.453	(727)	(1.453)
TJPL 9,07%	Financiamentos e debêntures (i)	392.132	11bps*	(431)	8.891	17.783	(8.891)	(17.783)

(i) Valores desconsideram os custos de captação

\* bps - basis points